



Brasília, 24 de novembro de 2022.

FASUBRA MANTÉM PRESSÃO EM BRASÍLIA EM BUSCA DE ORÇAMENTO PARA RECOMPOSIÇÃO SALARIAL DOS SPF

Após o fim do processo eleitoral, acompanhamos o 3ª turno das eleições. Setores de direita, que apoiaram o atual governo durante a eleição, financiados por empresários, um setor da PRF e alguns parlamentares de partidos da base de Bolsonaro seguem nas ruas causando desordem, com bloqueios golpistas, antidemocráticos e violentos por não aceitarem o resultado da urnas. Bolsonaro e seu partido seguem questionando a eleição, e por meio de seus aliados, na terça-feira (22), o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, enviou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pedido de invalidação de votos em urnas fabricadas até 2020, sem nenhuma prova. A tentativa desse setor é criar instabilidade institucional na expectativa de que o segmento militar dê mais um golpe de estado, desrespeitando o processo democrático eleitoral, rasgando a Constituição. Embora pareça que as pessoas que executam essas ações estejam em um mundo paralelo, a realidade é outra: ir contra a democracia e tentar instalar a ditadura militar no país. Mesmo com o isolamento de 20 dias de Bolsonaro, que se preocupa com a situação difícil a partir de 1º de janeiro, com a apuração das denúncias pela justiça de seus crimes e de sua família, seus seguidores ignoram sua orientação e seguem nas portas dos quartéis como fiéis a uma nova ordem militar. O atual governo sabe que terá que responder pelos crimes eleitorais, pelos gastos realizados durante sua gestão e pela corrupção da família. A tarefa do conjunto da população que defende a democracia é se manter atenta às ações que ocorrem nas ruas e combater essa política, desconstruindo todos os argumentos, as fake news geradas por esses setores de direita e fortalecer a transição; construir a mobilização para garantir a posse do novo governo. Para isso é fundamental organizar caravanas para o dia primeiro de janeiro e disputar o quarto turno nas ruas em defesa da democracia. Além disso, no caso do serviço público, a tarefa é disputar o orçamento de 2023, garantindo verbas para a recomposição salarial dos servidores públicos federais. Segundo a auditoria da dívida cidadã, esse ano, apesar do valor de R\$ 346 bilhões empenhados para despesa com pessoal e encargos sociais, o governo Bolsonaro só gastou R\$ 288 bilhões, sendo assim deixou de utilizar cerca de R\$ 58 bilhões até a presente data. Há recursos, mas o governo inverteu a prioridade para não aplicar recursos aos salários do conjunto dos SPF. Nesse sentido, a FASUBRA e as entidades que compõem o FONASEFE seguem na pressão aos deputados e ao relator do orçamento, senador Marcelo Castro MDB/PI, para garantir espaço no orçamento. A Direção Nacional (DN) FASUBRA Sindical e demais entidades que compõem o Fórum dos servidores públicos se reuniram no dia 21/11- segunda-feira, com a assessoria do relator do Projeto de Lei Orçamentária para 2023, e discutiu a reserva de recursos para a reposição salarial das servidoras e servidores públicos. Segundo os assessores, a aprovação da PEC de Transição, assim como foi proposta, abrirá R\$ 105 bilhões a serem distribuídos com novos



investimentos. Também informou sobre a existência de um valor na LOA 2023 para reajuste salarial dos SPF, esse valor é de R\$ 11,4 bilhões. A DN FASUBRA continuará na movimentação para conseguir arrancar verba para a recomposição e trabalhará simultaneamente junto a equipe de transição do novo governo para apresentar o documento da FASUBRA com o diagnóstico da destruição da educação superior durante o governo Bolsonaro e apresentar algumas propostas a serem levadas ao futuro presidente. Nesse sentido, a DN FASUBRA, em conjunto com as entidades da educação, realizou uma reunião, no dia 22/11 terça-feira, com os dois membros da equipe de transição Daniel Cara, da Campanha Todos Pela Educação e Heleno Araújo, do FNPE para solicitar agenda com toda a equipe para entrega de documento conjunto. Além disso, também solicitaremos uma reunião com a deputada Alice Portugal do PCdoB/BA, base da Federação, que também compõe a equipe de transição da educação para defender as proposições da FASUBRA. Para a DN FASUBRA é fundamental que as entidades de base participem da plenária nacional nos dias 08, 09 e 10 de dezembro, momento em que será realizado o debate sobre como atuar frente a essas demandas que estão sendo abertas pela Federação.

FASUBRA E AS ENTIDADES QUE COMPÕEM O FONASEFE ENTREGAM DOCUMENTO AO MERCADANTE COORDENADOR DA EQUIPE DE TRANSIÇÃO

A Direção Nacional (DN) da FASUBRA Sindical e dirigentes das entidades que compõem o FONASEFE- Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais, protocolaram na quinta-feira (17/11) dois documentos na sede da Equipe de Transição de Governo que fica no CCBB (Centro Cultural Banco do Brasil), em Brasília/DF. Em um dos documentos, as entidades sindicais solicitaram uma audiência com a Comissão de Transição do governo para discutir questões inerentes ao serviço público federal brasileiro e aos servidores e servidoras. O documento também traz os ataques dos governos Temer e Bolsonaro ao serviço público nos últimos seis anos. “Desde a posse do Sr. Michel Temer e depois, no governo de Jair Bolsonaro, não fomos recebidos, apesar das inúmeras solicitações das entidades sindicais representativas do serviço público federal, por meio do Fonasefe”, cita o documento. A pauta de reivindicações dos servidores e servidoras será entregue em janeiro para o novo governo. No outro documento, as entidades encaminham à Comissão de Transição do governo eleito algumas questões mais imediatas como o Projeto de Lei Orçamentária para 2023. Entre elas estão:

- Reajuste emergencial linear com o índice da inflação acumulada nos quatro anos do governo Bolsonaro (recursos na LOA de 2023);
- Arquivamento da PEC 32 – Reforma Administrativa;



- Revogação da Emenda Constitucional (EC) 103/2019;
- Revogação da EC 95/2016 – o Teto dos Gastos.

REUNIÃO VIRTUAL DO FONASEFE 22/11/2022

Entidades presentes: ANDES-SN (Edmilson), ASSIBGE-SN (Paulo Lindesay), FENASPS (Moacir/Lidia/Deise/Laura), CONDSEF (Sérgio Ronaldo/Elna/Cardoni), SINASEFE (David Lobão), SINAIT (Marco Aurélio, Solange), FENAJUFE (Fabiano), ASFOC-SN (Paulinho), SINDIRECEITA (Geraldo), PROIFES (Geovana/Flavio/Ana Trindade), CSP-CONLUTAS (Zanata), SINDFAZENDA (Irismar), FASUBRA (Melissa e Welligton).

Pauta: 1. Informes; 2. Reajuste Salarial

Informes:

O assessor do senador Marcelo Castro confirmou a existência de um valor na LOA 2023 para reajuste salarial dos SPF, esse valor é de R\$ 11,4 bilhões. Foi informado que a aprovação da PEC de Transição, assim como foi proposta, abrirá R\$ 105 bilhões para serem distribuídos com novos investimentos. Foi informado que o senador Marcelo Castro fará seu relatório ouvindo a equipe de transição sobre o uso dos 105 bilhões, portanto qualquer reivindicação nossa deve ser feita para a equipe de transição.

Encaminhamentos: Escrever um documento apontando duas questões importantes:

- 1) Em 2023, com o novo governo, acreditamos que as relações de negociação entre servidores e servidoras públicas e o governo, através dos sindicatos representativos das diversas categorias serão retomadas de forma republicana, e portanto, somos contra tratar de qualquer acordo para 2024, visto que teremos todo o 2023 para negociar;
- 2) Em função da necessidade de atender nossa reivindicação de reajuste imediato e linear de 27% (inflação acumulada durante o governo Bolsonaro) apresentaremos a equipe de transição a solicitação de que seja deslocado para nossos reajustes 19 bilhões a mais, permitindo assim atender nossa proposta de reajuste distribuído no ano de 2023.

Esse documento que será elaborado uma primeira versão, ainda hoje, deve ser discutido por todas as entidades do FONASEFE para que possamos fechar a proposta na próxima reunião. Essa urgência é em função da necessidade de pautarmos essa discussão com a equipe de transição antes que o valor disponível já esteja comprometido.

Nossa próxima reunião ocorrerá na sexta-feira, dia 25/11/22, às 8h30.



A Direção Nacional (DN) da FASUBRA Sindical e demais entidades que compõem o FONASEFE se reuniram com a assessoria do relator do Projeto de Lei Orçamentária para 2023, senador Marcelo Castro (PMDB/PI). No encontro foi tratado a reserva de recursos para a reposição salarial das servidoras e servidores públicos. De acordo com a assessoria do relator do Orçamento, com a aprovação da PEC de Transição há possibilidades de um resíduo, mas dependerá do Congresso Nacional e as entidades devem pressionar os parlamentares a aprovarem a PEC. Foi informado que a proposta orçamentária não tem recursos para o reajuste da classe trabalhadora.

Para a assessoria, entretanto, a PEC de Transição pode condicionar espaço, garantindo mais recursos, e abrir caminho para uma reserva que pode ser a solução em 2023. Ainda, conforme a assessoria, a intenção é criar uma reserva orçamentária ainda neste mandato, que poderá ser usada para o reajuste emergencial das servidoras e servidores públicos. Foi destacado que o menor salário dos três poderes é o do Executivo e que há a possibilidade de cerca de R\$ 105 bilhões que a equipe de transição pode dar um sinal verde para o senador Marcelo Castro.

A pauta oficial de reivindicações dos servidores e servidoras será entregue em janeiro para o novo governo. No outro documento, as entidades encaminham à Comissão de Transição do governo eleito algumas questões mais imediatas como:

- Reajuste emergencial linear com o índice da inflação acumulada nos quatro anos do governo Bolsonaro (recursos na LOA de 2023);
- Arquivamento da PEC 32 – Reforma Administrativa;
- Revogação da Emenda Constitucional (EC) 103/2019;
- Revogação da EC 95/2016 – o Teto dos Gastos.

PLENÁRIA NACIONAL DA FASUBRA - 08, 09 E 10 DE DEZEMBRO -

EM DEFESA DA DEMOCRACIA

Frente ao novo cenário político no país, após a eleição geral com mudanças na Presidência e no Congresso Nacional, é necessário avaliar o rumo da nossa luta e a tática de atuação no primeiro ano de governo Lula/Alckmin. Diante deste quadro, a DN FASUBRA, em reunião virtual do pleno no dia 10/11/2022, reafirmou a posição da convocação da plenária geral nacional, de forma presencial, para os dias 08, 09 e 10 de dezembro de 2022, em Brasília-DF. Sendo assim, a DN FASUBRA orienta as entidades de base a realizarem suas assembleias de escolha de delegados e delegadas, e o envio da respectiva documentação para



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

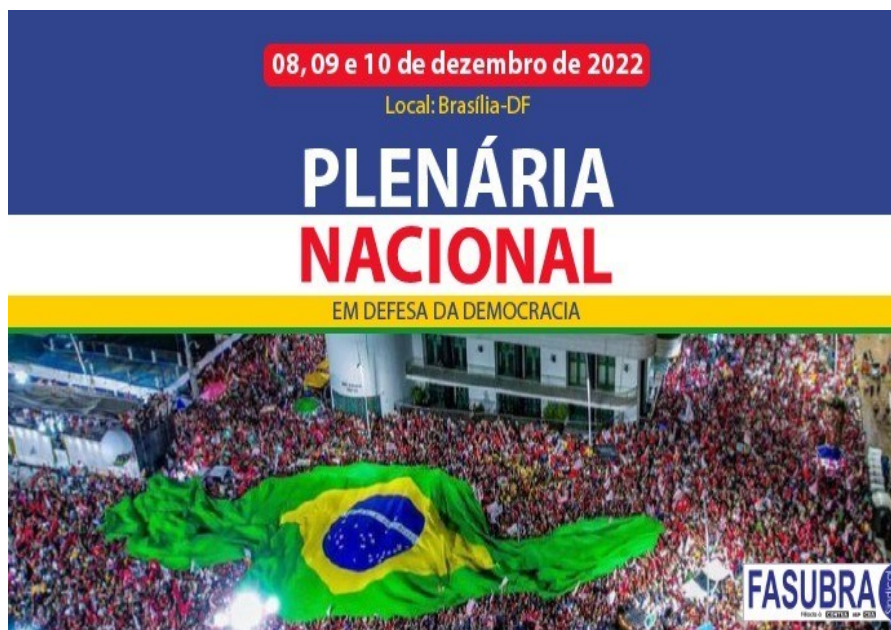
credenciamento, até o dia 02/12/2022. Orienta, também, devido ao aumento da contaminação da pandemia da Covid-19 que as entidades sigam todas as orientações da OMS, como o uso de máscaras, mantenham o distanciamento social e façam o teste para Covid. **A DN FASUBRA, orienta ainda que as entidades solicitem aos delegados o passaporte vacinal, com no mínimo 3 doses da vacina e que façam o teste da Covid-19 antes do embarque. É importante salientar que cada entidade deve observar a situação da saúde de cada delegado ou delegada indicada em assembleia para que não haja risco na plenária. As entidades de base também são responsáveis para que juntos realizemos a plenária sem nenhum delegado ou delegada que possa estar contaminado pela Covid-19.**

LOCAL - ABERTURA: DIA 08/11, às 14h no Auditório NEREU RAMOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS;

DIAS 09 e 10 - UNB Auditório da ADUNB

PAUTA

- Informes da Direção;
- Conjuntura nacional e internacional;
- CONFASUBRA;
- Apreciação dos pareceres do Conselho Fiscal referentes aos anos 2020 e 2021;
- Encaminhamentos e calendário;
- Outros.



NOVEMBRO É NEGRO!



Novembro Negro: mês para refletir sobre uma sociedade mais igualitária, inclusiva e antirracista

O mês de novembro é marcado pelo Dia da Consciência Negra, comemorado no dia 20, data em que foi assassinado Zumbi dos Palmares no ano de 1965, líder quilombola e símbolo nacional da luta pela liberdade do povo negro. O mês é referência para atividades de resistência e de luta do povo negro, tão massacrados em diversas esferas da sociedade. Além de Zumbi dos Palmares, a data remete a força de negros e negras como Carolina Maria de Jesus, Luiz Gama, Marielle Franco, Moa do Katendê, Tereza de Benguela, Dandara dos Palmares, Aqualtune, entre outros, símbolos de resistência e antirracismo.

Os 4 anos do desgoverno atual e derrotado nas urnas dia 30 de outubro trouxeram uma lista extensa de retrocessos e de ataques à política de promoção da igualdade racial e o aumento do racismo no Brasil. Nesse sentido, a vitória do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva traz alento e muita esperança às camadas mais vulneráveis da sociedade, em especial a população negra.

Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) sobre a violência contra pessoas negras no Brasil em 2021 mostram que, em 2020, 76,2% das pessoas assassinadas eram negras. Entre 2009 e 2019, o número de negros mortos subiu 1,6% e o número de mulheres negras assassinadas teve um aumento de 2%, enquanto o número de não negros mortos caiu 33% e o número de mulheres não negras teve uma redução de 26,9%. A violência de gênero na pandemia demonstra que das vítimas de feminicídio em 2020, 61,8% eram negras. Ainda



de acordo com o estudo, entre maio de 2020 e abril de 2021, 28,3% das negras sofreram algum tipo de violência, enquanto 24,6% eram pardas e 23,5% brancas.

O novo governo LULA/Alckmin deverá propor medidas para combater os diversos tipos de racismo, a criação de políticas públicas e políticas de igualdade racial para o enfrentamento do racismo estrutural no país. É necessário também pensar um plano de desenvolvimento econômico para a população negra e executar a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, instituída por meio do Decreto nº 4.886/2003, que foi deixada de lado no atual desgoverno.

A Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial tem como objetivo a redução das desigualdades raciais no Brasil, com ênfase na população negra, mediante a realização de ações realizáveis a longo, médio e curto prazos, com reconhecimento das demandas mais imediatas, bem como das áreas de atuação prioritária.

O 20 de novembro é reivindicado em todo o país para relembrarmos o quão violento foi o processo de colonização e escravidão, que submeteu os povos indígenas e negros a um regime desumano. A Lei Áurea, sancionada pela Princesa Isabel, colocou uma falsa ideia de liberdade aos povos pretos e indígenas sustentada até hoje por muitos, que ficou conhecida como abolição da escravidão.

A luta pela liberdade do povo negro na atualidade passa, portanto, pelo esforço coletivo de combate as formas de expressão do racismo e as desigualdades sociais que atingem o povo negro. A FASUBRA Sindical é contrária a toda e qualquer forma de injustiça, de segregação e de opressão, defende as cotas raciais e sociais, importante ferramenta para superar a discriminação desenvolvida no Brasil há séculos, entre outras políticas. A adoção do sistema de cotas no país beneficia candidatos(as) negros(as), pardos, indígenas, com deficiência e/ou baixa renda.

A Coordenação de Raça e Etnia informa que realizará no início de 2023 o Encontro de Negras e Negros da FASUBRA Sindical.

CALENDÁRIO	
DEZEMBRO	
06 e 07	Reunião Direção Nacional da FASUBRA
05 a 09	Jornada de lutas em Brasília - FONASEFE
08, 09 e 10	Plenária Nacional da FASUBRA
12	Diplomação do presidente Lula em Brasília